

A globalização da informação

RESUMO

A coabitação cultural é o maior desafio político da globalização da informação, pois permitiria a junção entre a política e a técnica e o reencontro entre os homens na sua forma tradicional, revalorizando, assim, a importância humanista da comunicação.

ABSTRACT

Cultural cohabitation is the biggest political challenge of the process of information globalization for it would allow the coming together of politics and technics, as well as the reunion of men in its traditional form, thus renewing the importance of humanistic communication.

PALAVRAS-CHAVE

- Comunicação (Communication)
- Cultura (Culture)
- Globalização (Globalization)

PENSAR A COABITAÇÃO cultural é construir o terceiro pilar da globalização. É também fundar novamente a política democrática em escala planetária. É, enfim, valorizar o conceito de comunicação e lembrar que não há comunicação intercultural sem projeto político, senão a reivindicação da identidade cultural corre o risco de se fechar no desvio comunitarista ou nas tentações da identidade agressiva. É preciso pensar o estatuto da política, em uma época de globalização, levando em conta a emergência do triângulo explosivo constituído pelas relações entre identidade, cultura e comunicação.

Se a comunidade internacional não chegar a pensar nesse triângulo, tão importante quanto a economia e a política, significará o fracasso da terceira globalização. O desafio cultural é o horizonte da globalização. Organizar a coabitação cultural é, então, tão decisivo para a paz quanto a relação Norte e Sul, ou o meio ambiente, porque, desde sempre, os homens lutam pela sua identidade, sua cultura, seu modelo de relações sociais, e lutam também pelos interesses econômicos, pois as palavras lhes remetem aos valores que permitem estruturar as representações e pensar o mundo. Finalmente, é mais por valores do que por interesses que os homens cooperam ou se enfrentam.

O debate não tem nada de acadêmico, é diretamente político e diz respeito às chances suplementares de paz e de guerra em escala mundial, seja porque percebemos que o século XXI abre uma nova história, na qual, com a abertura das fronteiras, a circulação de homens e de capitais, as problemáticas de identidade cultural coletiva e de comunicação se tornam desafios centrais, dos quais decorrem conseqüências políticas, ou seja porque fazemos de conta que acreditamos tratar-se de problemas secundários, apesar do surgimento de conflitos cada vez mais violentos desde o fim do comunismo e

Dominique Wolton
CNRS/França

visíveis no 11 de setembro. Será preciso, então, pagar por isso um preço humano e político cada vez maior.

A escolha pela coabitação cultural? É um pouco a escolha entre dois símbolos: a UNESCO ou o terrorismo internacional. Encontrar uma solução política para o surgimento do binômio cultura-comunicação evitaria essa “guerra de civilizações”, tão imprudentemente evocada como uma fatalidade do alto dos campos luxuosos do Norte. A guerra das civilizações só poderia se produzir se os conhecimentos e a política não conseguissem encontrar uma solução para o problema que diz respeito ao crescente lugar que ocupa a cultura e a comunicação como desafio político. Existe sempre margens de manobra, tanto no plano dos Estados-nação como no da comunidade internacional, sob a condição de que fique claro que os desafios da cultura e da comunicação não são secundários em relação aos desafios ligados ao desenvolvimento, à saúde e à educação..., mas que eles estão no mesmo nível.

A globalização da informação, ao invés de aproximar os pontos de vista, é mais freqüentemente um acelerador das divergências de interpretação, simplesmente porque se havia esquecido a heterogeneidade dos receptores... Se o fundamentalismo religioso é hoje uma das fontes do terrorismo, se deve também ao fim das oposições ideológicas, aos estragos da globalização, à dificuldade de construir rapidamente referências simbólicas comuns ao novo mundo que transformam as identidades culturais religiosas em “cinto de Kamikaze”. Se a cultura, em um sentido amplo, não chega a se impor como um desafio democrático, o qual deve ser debatido em todos os espaços públicos, então, a religião, de uma certa maneira, e talvez outros valores depois dela, torna-se o fator central da politização. Um dos desafios consiste, também, em instaurar a laicidade como princípio político democrático fundamental, para evitar que a

cultura e a religião se tornem isomorfas.

A emergência do binômio cultura-comunicação, como novo desafio político maior, pega todo mundo de surpresa e surge extremamente rápido. Daí a necessidade de criar conhecimentos, de suscitar reflexões, debates e, em primeiro lugar, dar-se conta da necessidade de uma adequação das palavras, a fim de sair do “politicamente correto” de alguns raciocínios. A identidade cultural coletiva não é um resto do passado; a cultura não é somente um fator de aproximação entre os homens; a comunicação não se reduz às técnicas e à economia; a coabitação cultural é um desafio político tão urgente em se pensar quanto o multiculturalismo no seio dos Estados-nação; o cosmopolitismo é um fato histórico maior, mas não pode ser apresentado como um ideal cotidiano, exceto por um minoria privilegiada... A terceira globalização que coloca a cultura e a comunicação no coração dos debates não simplifica nada. Ela é tão perigosa quanto a globalização econômica. Mas não há determinismo histórico, já que a globalização da comunicação faz passar o debate existente entre os universalistas e comunitaristas da escala dos Estados-nação para a do globo. É o mesmo desafio, mas em uma escala imensa. Como gerenciar a coabitação cultural entre comunidades? Como definir a dimensão cultural sem cair, portanto, no culturalismo? Curiosamente, os universalistas não têm refletido muito sobre essa grande questão que se coloca no plano mundial, eles inspiraram a primeira globalização, a que organiza a ONU e a comunidade internacional, devendo evitar dois riscos.

Por um lado, ignorar a importância crescente dos fenômenos culturais na política e acreditar que esta, no plano mundial, pode se construir ignorando o triângulo identidade-cultura-comunicação. Por outro, considerar que todo o lugar suplementar dado a uma problemática culturalista reforça o comunitarismo. De fato, é preciso abrir esse novo canteiro

teórico, pensar o universalismo na origem do binômio cultura-comunicação e que esse trabalho possa contribuir para construir um pensamento universalista, a propósito dos desafios da coabitação cultural, no plano internacional.

A coabitação cultural como terceiro pilar da globalização faz aparecer cinco rupturas.

1) A emergência do binômio cultura-comunicação como desafio político fundamental. É o simétrico da globalização econômica. Em todo caso, não há comunicação intercultural possível, nem gestão da diversidade cultural, sem projeto político. Nesse sentido, estamos de tal maneira sobre o fio da navalha que a percepção do triângulo explosivo identidade-cultura-comunicação deve ser completado por um projeto político, senão a coabitação cultural corre o risco de cair em dois abismos: o recuo comunitário ou o culturalismo agressivo. É assim que a coabitação cultural é um conceito político e não cultural. Se o pensamento político vence, pode-se esperar construir o terceiro pilar. Se a política fracassa, é o culturalismo que vence. Em resumo, uma coabitação cultural bem-sucedida significa: pensar as relações difíceis entre identidade, cultura e comunicação; evitar a dupla recepção de um falso cosmopolitismo ou em oposição ao reino da identidade comunitária ou de base étnica ou cultural. Em todo caso, esta passa por um trabalho teórico sobre a identidade cultural política coletiva que é um pouco o pivô dessa revolução. Isso depende também da existência de um projeto político que transcenda as contradições desse triângulo infernal.

2) A coabitação cultural depende de três ações. Primeiro, a regulação jurídica em níveis nacional e internacional. Em seguida, o reforço das instituições internacionais para regular a globalização. Enfim, que se leve em consideração esse novo triângulo (identidade-cultura-

comunicação) nas relações internacionais. Isso passa, nos três casos, por uma revalorização do papel dos Estados-nação, um pouco rapidamente desqualificado na fase de expansão da globalização econômica, em que dominava a ideologia da desregulamentação. Os Estados podem reduzir os deslizamentos identitários, comunitários ou étnicos, se constituindo em uma condição para gerenciar as dimensões heterogêneas das sociedades contemporâneas. O fim do século XX foi marcado pela sedução do mesmo; o começo do século XXI redescobre a importância do heterogêneo. Se o Estado-nação não tem a mesma força que há um século, pode-se ao menos lembrar a importância de seu papel nos três estágios da democracia. Nos séculos XVIII e XIX para instalar a democracia política, no século XX para a democracia social e no século XXI para a coabitação cultural. Nos três casos, o Estado tem um papel essencial.

3) Frente ao desafio desse terceiro pilar a construir, não há escolha entre tradição e modernidade, mas a escolha dos dois sem hierarquia. Nenhuma dimensão pode ser a priori excluída, tanto que a tradição, desvalorizada durante os cinquenta últimos anos, vê o seu papel voltar para contrabalançar a ideologia da velocidade e do deslocamento. Quanto mais se abre ao mundo, mais se circula e mais se tem a necessidade de pontos de referências, fornecidos pelas tradições. Da mesma forma, é preciso completar o binômio tradição-modernidade à luz da utopia. Em sendo assim, a utopia é uma forma de universalismo, porque ela se apóia no imaginário, acreditando, dessa maneira, na possibilidade da organização pacífica da coabitação cultural.

4) O novo desafio político constituído pelo binômio cultura-comunicação dá, enfim, um estatuto teórico e uma valorização ao conceito de comunicação

que ela jamais obteve em um século. Esse conceito sai do purgatório e faz notar que é tão importante quanto o de cultura. Existem técnicas mundiais, mas não comunicação mundial. Com a cultura e a comunicação tudo está aberto. As indústrias da cultura e da comunicação estão ao mesmo tempo do lado da emancipação e da dominação, o que abre uma esperança. Existe uma margem de manobra que cede lugar à política. De toda maneira, o binômio cultura-comunicação exprime também mudanças na escala dos problemas: a globalização, a cultura e a comunicação encontram-se naturalmente no centro dos desafios.

5) A questão essencial continua: como organizar de maneira pacífica e democrática a questão da relação com o Outro? Um Outro que não é mais abstrato e distante, mas onipresente, sem ser, por isso, mais familiar ou compreensível. E esse Outro que se impõe como realidade sociológica obriga-nos a levarmos em consideração todos os elementos da diversidade cultural, mas também todos os elementos que fazem laço na escala das sociedades. As mídias de massa, tão desvalorizadas, constituem, nessa perspectiva, os meios privilegiados, para, ao mesmo tempo, preservar as identidades coletivas e sensibilizar o Outro, sem que se sintam ameaçados. A existência de classes e de culturas médias, das quais se viu ontem os limites, constituem agora trunfos para enfrentar a abertura e a diversidade cultural, pois elas oferecem uma certa estabilidade. Quanto mais se é exposto, mais se tem a necessidade de raízes. As classes médias e a cultura de massa se tornam as raízes da sociedade contemporânea frente ao salto da globalização. É mais fácil se abrir ao Outro quando se sente reconhecido e estável. Isso é menos verdadeiro, evidentemente, nos países do Sul, onde os povos devem, simultaneamente, entrar na modernidade, guardar suas tradições, continuar unidos e abrir-se ao Outro...

Não há mais sensibilização à

alteridade sem uma reflexão sobre as escalas de tempo e de espaço, duas dimensões essenciais de toda cultura. A modernidade privilegiou a velocidade e o deslocamento das fronteiras: aprender a dialogar com o Outro obrigará a ir mais lentamente. A lentidão do encontro faz parte da relação com o Outro. Se a revolução das técnicas permitiu a liberação das distâncias físicas, foi para provar, em seguida, a dificuldade das distâncias culturais. Ou seja, a obrigação da coabitação cultural facilita uma espécie de retorno da experiência, do tempo, das raízes, da tradição e da geografia como condição do encontro. Como se a obrigação da coabitação cultural fosse revalorizar o que as performances da modernidade consideraram como “ultrapassado”.

Qual a mais bela lição fornecida pelo desafio da coabitação cultural? Dar um outro sentido para o tema da sociedade da informação. Esta foi apresentada durante quase dez anos como o futuro das sociedades desenvolvidas, graças à interconexão da informática, das telecomunicações, do audiovisual. A sociedade da informação devia ultrapassar as clivagens políticas, sociais e culturais. As redes deviam instaurar um modelo de sociedade interativa, livre, não hierarquizada. Descobre-se o quê? A onipresença do Outro, a obrigação e a dificuldade de coabitar com ele; a falta de “comunicação” entre as culturas e os povos; os fundamentalismos; o terrorismo e o ódio ao Outro. Aí onde tudo devia ser fluido, rápido, on-line, interativo, encontra-se resistência, incompreensão, bloqueio.

Na realidade, o desafio da coabitação cultural é a resposta ao mito tecnocrático da sociedade da informação. A sociedade da informação rejeita a história, a coabitação cultural a introduz novamente. A coabitação cultural é a alternativa política ao projeto técnico da sociedade da informação. As redes se chocam com a complexidade das sociedades. Os povos, as culturas, as sociedades, a história vencem a

velocidade, as conexões e a fluidez. A sociedade da informação, no lugar de instaurar a troca, descobre a imensa dificuldade da comunicação. A performance das máquinas não pode fazer grande coisa frente ao Outro. Com a sociedade da informação, continua-se ao lado dos canais; com a coabitação cultural, passa-se para o lado das normas e dos valores. Aprender a gerenciar a diversidade cultural será, amanhã, a verdadeira riqueza das sociedades. É preciso recomeçar do zero.

Além disso, um número simboliza as duas dimensões da comunicação. Há tantos internautas no mundo quanto telefones celulares (em torno de um milhão), como se, quanto mais os homens navegam nas redes, mais eles têm, também, necessidade de se falar.

De fato, a emergência da coabitação cultural, como desafio político da terceira globalização, depara-se com as duas filosofias da comunicação, técnica e política, que desde muito tempo se opõem. A primeira, a partir de técnicas e de promessas de mercados, pensa poder criar a sociedade da informação em que indivíduos e coletividades formam uma vasta comunidade, circulando livremente nas redes. A segunda, a partir de uma definição humanista e política da comunicação, busca estabelecer as bases da intercompreensão, organizando a coabitação entre as culturas.

Os últimos vinte anos do século passado foram dominados pela definição técnica e econômica da comunicação. O começo do século XXI, com os conflitos e o terrorismo, descobre novamente a importância de uma definição humanista e política da comunicação .